

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – FEVEREIRO 2019

ICMS.....	2
LEGISLAÇÃO.....	2
JURISPRUDÊNCIA.....	2
IR E CSLL.....	4
LEGISLAÇÃO.....	4
JURISPRUDÊNCIA.....	4
PIS E COFINS.....	6
JURISPRUDÊNCIA.....	6
DIVERSOS.....	8
Jurisprudência.....	8

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO E COM OUTROS PRODUTOS – MARGENS DE VALOR AGREGADO DE QUE TRATAM AS TABELAS ANEXAS AO ATO COTEPE/ICMS Nº 42/2013 – DIVULGAÇÃO
 - **Ato COTEPE/MVA nº 03, de 08 de fevereiro de 2019 (DOU 11.02.19)**
 - **Ato COTEPE/MVA nº 04, de 22 de fevereiro de 2019 (DOU 25.02.19)**

2. NF-E E NFC-E - APURAÇÃO DO COMPLEMENTO/RESTITUIÇÃO DO ICMS-ST NO GRUPO DE REPASSE DO ICMS ST - CRIAÇÃO DE CAMPOS
 - **Publicação da Versão 1.10 da NT 2018.005**

3. RS - AJUSTE DO MONTANTE DO IMPOSTO RETIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA IN DRP Nº 45/1998
 - **Instrução Normativa RE nº 006, de 11 de fevereiro de 2019 (DOE-RS 22.02.19)**

4. SP - RELAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS REFERENTES ÀS ISENÇÕES, AOS INCENTIVOS E AOS BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS (CONVÊNIO ICMS Nº 190/17) – DIVULGAÇÃO - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO DECRETO Nº 63.320/2018
 - **Decreto nº 64.117, de 26 de fevereiro de 2019 (DOE-SP 27.02.19)**

5. SP – REINSTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS RELACIONADOS NO ANEXO DO DECRETO Nº 63.320/2018, NOS TERMOS DO CONVÊNIO ICMS Nº 190/2017
 - **Decreto nº 64.118, de 26 de fevereiro de 2019 (DOE-SP 27.02.19)**

6. SP - EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÍMULO À CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA ("NOS CONFORMES") - CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRIBUINTES – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA RESOLUÇÃO SF Nº 105/2018
 - **Resolução SF nº 13, de 27 de fevereiro de 2018 (DOE-SP 28.02.19)**

JURISPRUDÊNCIA

7. TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DO MESMO TITULAR – REPETIÇÃO DE INDÉBITO – INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 166 DO CTN
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

8. REMESSA DE MERCADORIAS ACOMPANHADA DE DOCUMENTAÇÃO CONSIDERADA INIDÔNEA – APREENSÃO PARA EXIGÊNCIA DE ICMS – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Tribunal de Justiça de Alagoas**

9. REGULARIZAÇÃO DO ICMS NO DECORRER DO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO – APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 1.320/18 (PROGRAMA “NOS CONFORMES”) – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. ACORDO PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO DE RENDA – BRASIL E DINAMARCA – ALTERAÇÕES NOS MÉTODOS PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO
 - **Decreto legislativo nº 8, de 20 de fevereiro de 2019 (DOU 21.02.2019)**

JURISPRUDÊNCIA

2. PAGAMENTO DE JCP – RESTRIÇÃO QUANTO AO PERÍODO EM QUE PODE SER REALIZADA A DEDUÇÃO – LEGITIMIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
3. MUDANÇA DO REGIME DE APURAÇÃO DA ESTIMATIVA MENSAL DE RECEITA BRUTA PARA BALANCETE SUSPENSÃO/REDUÇÃO ANTES DA EMISSÃO DO DESPACHO DECISÓRIO – POSSIBILIDADE – RECONHECIMENTO DO DIREITO CREDITÓRIO
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
4. INCORPORAÇÃO – SUBSTITUIÇÃO DAS AÇÕES POR PARTICIPAÇÃO NA INCORPORADORA COM VALOR SUPERIOR DAQUELE INFORMADO NA DIRPF – CONFIGURAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. *ESCROW ACCOUNT* – COMPOSIÇÃO DO PREÇO PARA FINS DE CÁLCULO DO GANHO DE CAPITAL – RESERVA DE CAPITAL – INCORPORAÇÃO AO CAPITAL – IMPOSSIBILIDADE DE AUMENTO DO CUSTO DE AQUISIÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA PARA REDUÇÃO DE CUSTOS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSIDERAÇÃO PELO FISCO SEM A COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DOLO, FRAUDE OU SIMULAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. PLANO DE *STOCK OPTIONS* – CONFIGURAÇÃO DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL NO MOMENTO DO EXERCÍCIO DO DIREITO À OPÇÃO – BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO APURADA COM BASE NA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE MERCADO NO DIA DA OPÇÃO E AQUELE EFETIVAMENTE PAGO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVA MENSAL – VERIFICAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL AO FINAL DO ANO-CALENDÁRIO – APLICAÇÃO DE MULTA ISOLADA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. ESTIMATIVAS PARCELADAS – POSSIBILIDADE DE COMPOSIÇÃO DO SALDO NEGATIVO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
10. LUCRO PRESUMIDO – VEDAÇÃO DA DEDUÇÃO DE QUAISQUER DESPESAS
 - **Solução de Consulta nº 23, de 18 de janeiro de 2019 (DOU 13.02.19)**
11. RERCT – DEVOLUÇÃO DE CAPITAL DE PESSOA JURÍDICA ESTRANGEIRA RECEBIDA POR PESSOA FÍSICA RESIDENTE NO BRASIL – OBRIGATORIEDADE DE TRIBUTAÇÃO – CARNÊ LEÃO E DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL
 - **Solução de Consulta nº 3.008, de 14 de fevereiro de 2019 (DOU 18.02.19)**
12. ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS – ISENÇÃO – NECESSIDADE DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA LIE nº 9.532-87 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES DEVE OCORRER DENTRO DOS LIMITES LEGAIS
 - **Solução de Consulta nº 50, de 22 de fevereiro de 2019 (DOU 26.02.19)**
13. IRRF – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES – INAPLICABILIDADE
 - **Solução de Consulta nº 4.009, de 26 de fevereiro de 2019 (DOU 27.02.19)**
14. DÉCIMO TERCEIRO PAGO A DIRETOR NÃO-EMPREGADO – OBRIGATORIEDADE DE RETENÇÃO NA FONTE A CADA PAGAMENTO – ALÍQUOTA EQUIVALENTE À SOMA DOS RENDIMENTOS PAGOS AO BENEFICIÁRIO A QUALQUER TÍTULO
 - **Solução de Consulta nº 55, de 25 de fevereiro de 2019 (DOU 27.02.19)**
15. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIO MEDIANTE SORTEIO – REQUISITOS LEGAIS PARA DEDUTIBILIDADE
 - **Solução de Consulta nº 2.003, de 23 de fevereiro de 2019 (DOU 28.02.19)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. REINTEGRA – VENDAS À ZONA FRANCA DE MANAUS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

2. EXCLUSÃO DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES DA BASE DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de Vitória**

3. DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE FROTA PRÓPRIA – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. PIS-SEMPRESTRALIDADE – EXCLUSÃO DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÃO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. DESPESAS COM EMBALAGENS DE TRANSPORTE – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. IMPORTAÇÃO – PRODUTOS ISENTOS – MANUTENÇÃO DA COBRANÇA DO ADICIONAL DE COFINS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. REIDI – SUSPENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA – INAPLICABILIDADE À INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA
 - **Solução de Consulta nº 13, de 04 de janeiro de 2019 (DOU 04.02.19)**

8. RECEITA DECORRENTE DE VENDA DE PRODUTOS DESTINADOS AO USO EM HOSPITAIS – AQUISIÇÃO POR SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA ZERO SE DESTINADOS A HOSPITAIS E CONGÊNERES
 - **Solução de Consulta nº 6.002, de 25 de janeiro de 2019 (DOU 08.02.19)**

9. OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATADA EM REGIME DE ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA – SUJEIÇÃO AO REGIME CUMULATIVO – DIFERENCIAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL – SUJEIÇÃO DESTA ÚLTIMA AO REGIME NÃO CUMULATIVO VIA DE REGRA

- **Solução de Consulta nº 40, de 05 de fevereiro de 2019 (DOU 11.02.19)**
- 10. VENDA DE BENS E SERVIÇOS POR PESSOAS JURÍDICAS OPTANTES DO SIMPLES A EMPRESA HABILITADA NO REIDI – INAPLICABILIDADE DA SUSPENSÃO**
- **Solução de Consulta nº 28, de 18 de janeiro de 2019 (DOU 20.02.19)**
- 11. SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADOS RELACIONADOS A OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, MAS NÃO APLICADOS À EXECUÇÃO DA OBRA – NÃO-ABRANGÊNCIA PELO REGIME CUMULATIVO**
- **Solução de Consulta nº 43, de 14 de fevereiro de 2019 (DOU 20.02.19)**
- 12. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL SUBMETIDAS AO REGIME CUMULATIVO – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO – SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL SUBMETIDOS AO REGIME CUMULATIVO SOMENTE SE NO ÂMBITO DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA DE CONSTRUÇÃO CIVIL**
- **Solução de Consulta nº 44, de 14 de fevereiro de 2019 (DOU 20.02.19)**
- 13. ATIVIDADE DE VENDA E VAREJO – INEXISTÊNCIA DE INSUMOS PARA FINS DE CÁLCULO DE CRÉDITOS**
- **Solução de Consulta nº 4.006, de 20 de fevereiro de 2019 (DOU 22.02.19)**

DIVERSOS

JURISPRUDÊNCIA

1. CPRB – ADESÃO FACULTATIVA DO CONTRIBUINTE À REGIME MAIS BENÉFICO – OBRIGATORIEDADE DE OBSERVÂNCIA DAS REGRAS IMPOSTAS – IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. MANDADO DE SEGURANÇA PARA O RECONHECIMENTO DO DIREITO À COMPENSAÇÃO – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS RECOLHIMENTOS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
3. INFORMAÇÃO DE COMPENSAÇÃO NA GFIP – CRÉDITOS INEXISTENTES – POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA ISOLADA DE 150%
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
4. PROVA DOCUMENTAL – OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO QUANDO DA IMPUGNAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO POSTERIOR
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. PROVA DOCUMENTAL – APRESENTAÇÃO APÓS A IMPUGNAÇÃO – VERDADE MATERIAL – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. PESSOA JURÍDICA COM DÉBITO COM A UNIÃO FEDERAL NÃO GARANTIDO – IMPOSSIBILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS – MULTA AOS DIRETORES E DEMAIS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DE 50% DO VALOR DISTRIBUÍDO A CADA UM – CABIMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. SUJEIÇÃO PASSIVA – SOLIDARIEDADE (ART. 124, I DO CTN) – IMPOSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO SOMENTE COM BASE NO FATO DE AS EMPRESAS PERTENCEREM AO MESMO GRUPO ECONÔMICO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. COMPENSAÇÃO INDEVIDA EM GFIP – GLOSA DAS COMPENSAÇÕES COM O CONSEQUENTE LANÇAMENTO DE OFÍCIO PARA COBRANÇA DOS DÉBITOS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. DENÚNCIA ESPONTÂNEA – COMPENSAÇÃO – RECONHECIMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. PLR – RECUSA DO SINDICATO EM PARTICIPAR DAS NEGOCIAÇÕES – OBRIGAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DE COMUNICAR A AUTORIDADE COMPETENTE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. COMPENSAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE DCTF – NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL QUE DÊ SUPORTE À RETIFICAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. SISCOMEX – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE MANEIRA INTEMPESTIVA – IMPOSSIBILIDADE DE DENÚNCIA ESPONTÂNEA – LEGITIMIDADE DA MULTA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PAGO EM DESACORDO COM O PAT – CONFIGURAÇÃO DE REMUNERAÇÃO – INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. RESSARCIMENTO AO FUNDAP – EMPRESAS EXPLORADORAS DE TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO – DISPENSA SEM NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS – INEXISTÊNCIA DE ÓBICE PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL
 - **Solução de Consulta nº 33, de 23 de janeiro de 2019 (DOU 07.02.19)**

15. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – CUSTEIO PELA EMPRESA DE PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO – ADIÇÃO DOS VALORES AO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO
 - **Solução de Consulta nº 10.001, de 14 de janeiro de 2019 (DOU 08.02.19)**

16. MULTAS APLICADAS COM BASE NO ARTIGO 711 DO REGULAMENTO ADUANEIRO – OMISSÃO OU PRESTAÇÃO EQUIVOCADA DE INFORMAÇÃO DE NATUREZA ADMINISTRATIVO—TRIBUTÁRIA, CAMBIAL OU COMERCIAL DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE DANO AO CONTROLE ADUANEIRO, DOLO OU CULPA
 - **Solução de Consulta nº 38, de 30 de janeiro de 2019 (DOU 18.02.19)**